

**DIDÁTICA E FILOSOFIA DO ENSINO DA FILOSOFIA: EDUCAÇÃO,  
DISCURSIVIDADE EM LÍNGUA PORTUGUESA E PEDAGOGIA**

[DIDACTIC METHOD AND PHILOSOPHY OF THE TEACHING OF PHILOSOPHY:  
EDUCATION, DISCOURSE IN PORTUGUESE LANGUAGE AND PEDAGOGY]

**Emanuel Oliveira Medeiros**

Centro de Estudos Humanísticos/Universidade dos Açores

E-mail: [comedeiros@sapo.pt](mailto:comedeiros@sapo.pt)

ORCID 0000-0001-6730-5042

*Emanuel Oliveira Medeiros é doutorado e agregado em Educação e na Especialidade de Filosofia da Educação, pela Universidade dos Açores. Autor de diversas publicações na área da Educação, tem organizado e participado em vários colóquios, encontros e conferências nacionais e internacionais nas áreas da Filosofia da Educação, Currículo, Didáticas e Formação de Professores. Desde 2007 é membro integrado de Grupos de Investigação do Gabinete de Filosofia da Educação do Instituto de Filosofia (I&D/502/FCT) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dos seus livros, destacam-se os seguintes: *A Filosofia na Educação Secundária: Uma Reflexão no Contexto da Reforma Curricular e Educativa* (2002); *A Filosofia como Centro do Currículo na Educação ao Longo da Vida* (2005). *Educar, Comunicar e Ser* (2006). Da organização de obras coletivas, referem-se as seguintes publicações: *Educação, Cultura(s) e Cidadania* (2009); *A Educação como Projeto: Desafios de Cidadania* (2010). *Educação: Caminho para o Século XXI* (2002); *Utopia e Pragmatismo em Educação: Desafios e Perspetivas* (2002); *I Encontro de Didáticas nos Açores* (2002), *Educação Científica no 1.º Ciclo do Ensino Básico* (2003).*

DOI: [10.25244/tf.v13i2.4047](https://doi.org/10.25244/tf.v13i2.4047)

Recebido em: 02 de março de 2020. Aprovado em: 01/04/2020

Caicó, ano 13, n. 2, 2020, p. 13-39

ISSN 1984-5561 - DOI: [10.25244/tf.v13i2.4047](https://doi.org/10.25244/tf.v13i2.4047)

Dossiê Afroperspectivismo e o Ensino de Filosofia



**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

**Resumo:** Para tematizar a Didática e a Filosofia do Ensino da Filosofia podemos ter como referência várias fontes e autores, quer em língua portuguesa quer em diversas línguas estrangeiras. A nossa escolha recaí sobre autores e discursividade em Língua Portuguesa, considerando que é uma língua falada e trabalhada por muitos milhões de pessoas nos Países e Comunidades de Língua Oficial Portuguesa. Além disso, e simultaneamente, a Língua Portuguesa é uma Língua que deve ser potenciada na sua cientificidade. Muito recentemente a UNESCO deu mais passos significativos para a afirmação da Língua Portuguesa como Língua Científica. As intertextualidades podem ser feitas numa mesma Língua, neste caso a Língua Portuguesa, na sua unidade e diversidade, bem como noutras línguas. O mais importante e difícil é trabalhar o Pensamento, que se pode dizer em várias línguas e assume uma certa peculiaridade na Língua em que é expresso, o que significa que não basta falar uma língua, é preciso vivê-la e esse é um modo profundo de *viver* e de *filosofar*. No Mundo da Lusofonia há mundividências que resultam da Língua, dos autores, das ideias, dos modos de ser e de viver. A Didática da Filosofia exige o domínio da própria Filosofia que, segundo alguns autores, tem em si a sua própria didática. Mas isto não acontece sem a mediação da pedagogia do professor, como comunicador e, pelo menos em certa medida, o professor é filósofo.

**Palavras Chave:** Educação. Filosofia. Problematologia e Metodologia. Linguagem. Sentido.

**Abstract:** In order to focus on didactic method and philosophy of the teaching of philosophy, reference should be made to several sources and authors, both in Portuguese and in other languages. We chose authors whose discourse is developed in Portuguese, in view of the fact that this language is spoken and used by many millions of people in states and territories where Portuguese is an official language. Moreover, scientific writing in Portuguese should be improved. Quite recently UNESCO made significant strides in the promotion of Portuguese as a scientific language. Intertextuality can be produced within a single language - in Portuguese, in this case, in both its unity and diversity - as well as within other languages. What is more important and difficult is working on the Thought, which can be verbally conveyed by different languages, always assuming a certain peculiarity due to the specific language by which it is expressed, which clearly means that speaking a language is not enough: a language must be lived, as a deep way of living and philosophizing. In the world of Lusophony there are world views arising from language, authors, ideas, ways of being and living. A didactic method of teaching philosophy requires mastery of philosophy itself, as philosophy, according to some authors, possesses in itself its specific didactic method. But this does not happen without the mediation of a teacher and his/her pedagogy. The teacher is always a communicator, and, to a certain extent, the teacher is a philosopher.

**Keywords:** Education. Philosophy. Problematology and Methodology. Language. Meaning.

## INTRODUÇÃO

Para tematizar a Didática e a Filosofia do Ensino da Filosofia podemos ter como referência várias fontes e autores, quer em língua portuguesa quer em diversas línguas estrangeiras. A nossa escolha recai sobre autores e discursividade em Língua Portuguesa, considerando que é uma língua falada e trabalhada por muitos milhões de pessoas nos Países e Comunidades de Língua Oficial Portuguesa. Além disso, e simultaneamente, a Língua Portuguesa é uma Língua que deve ser potenciada na sua cientificidade. Muito recentemente a UNESCO deu mais passos significativos para a afirmação da Língua Portuguesa como Língua Científica. As intertextualidades podem ser feitas numa mesma Língua, neste caso a Língua Portuguesa, na sua unidade e diversidade, bem como noutras línguas. O mais importante e difícil é trabalhar o pensamento, que se pode dizer em várias línguas e assume uma certa peculiaridade na Língua em que é expresso, o que significa que não basta falar uma língua, é preciso vivê-la e esse é um modo profundo de viver e de filosofar. No Mundo da Lusofonia há mundividências que resultam da Língua, dos autores, das ideias, dos modos de ser e de viver. A Língua Portuguesa, na sua universalidade e diversidade, irmana, evoca memórias mas também vários futuros possíveis, aproximando no Sentir modos diversos de viver e de ser. Em conaturalidade com a Língua Portuguesa há um sentimento de partilha que se redescobre e aprofunda.

Neste artigo teremos como base textos originais em Língua Portuguesa e o livro *Problematologia*, em português, na sua tradução fiel, o que constitui, desde logo, uma linha de rigor, tornando acessível, na língua portuguesa, uma obra que precisa de ser pensada. A opção por esta referência decorre da valoração do conceito de problematologia.

É fundamental fazer ciência em Língua Portuguesa, também na intertextualidade das línguas. No fundo, se o houver, o Pensamento mergulha, em funduras e alturas.

No dia 5 de maio de 2020 foi celebrado “o primeiro Dia Mundial da Língua Portuguesa, proclamado pela UNESCO”, proclamado em novembro do ano de 2019, tendo como Embaixador o Professor António Nóvoa, especialista em Educação e em História.

Numa Entrevista concedida ao *Jornal de Letras*, - publicado em Portugal - podemos acompanhar o pensamento de António Nóvoa que se expressa sempre com clareza e rigor. Face a pergunta: “E quais são os três “c”? afirma António Nóvoa: “São aqueles em que a língua se baseia. O C de cultura da criação, o que passa pelo apoio aos escritores, editores, tradutores, para uma maior circulação da LP através da dinâmica da criação, do livro. E o “C”, muito importante para mim, até pelo lugar de onde venho, de conhecimento, de ciência” e vem pergunta seguinte: “No sentido de afirmar a LP como língua de ciência.”: “Com a crise que vivemos, torna-se nítido que é preciso haver uma ciência aberta e de grande circulação e o português tem de ser realmente também uma língua de ciência. Não podemos deixar esse papel apenas para o inglês”, responde António Nóvoa. Trata-se de uma posição forte e fundamental, vinda de um especialista em Educação e em História, sensível para as Humanidades e, nesta fase, a exercer um cargo da maior importância, o de Embaixador de Portugal na UNESCO.

Afirma António Nóvoa: “O que importa é a criação de um movimento que vá muito além do 5 de maio, que simbolicamente é apenas a data, o lugar onde inscrevemos a nossa vontade de uma promoção internacional da LP uma Língua extraordinária também na capacidade de pensar o futuro.” (Nóvoa, 2020, p. 3). E, de imediato, sendo questionado: “Em que sentido?”, responde: “Vergílio Ferreira disse que não se pode pensar fora das possibilidades da língua em que se pensa.

Pela sua história, por incorporar outras culturas, tradições, a LP tem possibilidades únicas. Se o Dia Mundial da Língua Portuguesa for um marco e uma marca da sua nova realidade, já deu um contributo extraordinário para o nosso futuro.” (Nóvoa, 2020, p. 3). No ato de proclamação do dia Mundial da Língua Portuguesa estavam na sala outros embaixadores, designadamente “os embaixadores de Cabo Verde, Angola ou Brasil e representávamos um conjunto de pessoas e de culturas que se sentem reconhecidas numa língua. E recebemos dezenas de mensagens de outros embaixadores, pelo que foi realmente um momento tocante.” (Nóvoa, 2020, p.3). Por aqui se vê a força da Língua Portuguesa na sua Universalidade, falando e escrevendo a e na identidade e a diversidade. É da maior importância Cultural, Educacional, Filosófica, Histórica, Política, etc. a instituição do Dia Mundial da Língua Portuguesa (LP), pela UNESCO, a mesma Instituição que tem desenvolvido um forte movimento de Filosofia para Todos, com forte ligação ao Espírito da Democracia.

## **O TEXTO E O SEU DESENVOLVIMENTO.**

A Didática, hoje, tem de ser pensada, no seu próprio dinamismo mas também suscita questões que são específicas de cada didática mas igualmente transversais a todas as didáticas. O que ensinar? Como ensinar? A quem ensinar? Para quê ensinar? Como avaliar? E todas estas questões assumem configurações diferentes em função da época mas, ao mesmo tempo, há questões que atravessam todas as épocas. Ensinou-se muito antes de aparecer a didática como disciplina. Na época clássica grega ensinou-se na Academia de Platão e no Liceu de Aristóteles, uma Filosofia nascente mas ao mesmo tempo tinha tanto de problematizadora, na tradição socrático-platónica e de sistemática, na tradição de Aristóteles.

Quem adotar uma conceção utilitarista da didática vai colocá-la, acriticamente, ao serviço do ensino mas quem tiver uma conceção problematológica da didática não deixará de levantar questões e, no caso da Filosofia – e não só – vai tornar-se necessário uma Filosofia da Educação. Só pensando de modo filosófico e educacional a própria didática é que levantamos a necessidade, fundamental, de uma Filosofia da Educação. Desde modo não se trata apenas de uma Teoria da Educação, subjacente ao ensino, trata-se de ir mais longe com uma Filosofia da Educação, que integra a Teoria da Educação, mas também vai à prática. No fundo, as questões da didática e do ensino suscitam amplas reflexões e estudos sobre Teoria e Prática e a ligação entre as duas que é, afinal, a *praxis*, um conceito amplamente desenvolvido por Paulo Freire.

A Didática, hoje, e cada vez, tem de ser uma Didática Reflexiva e Problematizadora, em que as questões do mundo devem ser sempre consideradas, de modo implícito ou explícito. A COVID 19 leva a repensar a escola, como ensinar e aprender. Eis um exemplo concreto de como uma realidade mundial condiciona a vida dos vários agentes educativos, quer em termos formais quer em termos informais. Mas é fundamental que, em todos os sentidos, sejam assegurados os valores da segurança e da liberdade. O que estamos sendo, como estamos sendo? No fundo sem um questionamento de tipo filosófico-educacional não podemos ensinar com conhecimento de causa, preparação, na incerteza, para desenvolver dinâmicas de formação. Torna-se inadiável pensar, ainda, e sempre, questões como: O que é a Educação? O que é Educar? O que é a Formação? O que é Formar? E estas questões têm, em si, várias dimensões: ontológicas, axiológicas, antropológicas, epistemológicas, etc. Afinal, que figura do humano está a ser? Há uma figuração, em fisionomia, do humano, ou uma desfiguração? Se olharmos o mundo, estamos

perante novas(?) monstruosidades. Ora, não se pode, nem se deve admitir, ensinar a maldade e a mentira. O ensino exige um ambiente de liberdade, das pessoas e dos povos. Temos de exigir a criação e o desenvolvimento de comunidades e instituições verdadeiramente livres, precisamos de uma Didática Axiológica, uma Didática para os valores e de um ensino com valores, desde logo o valor da Liberdade. A Educação tem de ser integral. Ora, o ensino da Filosofia – seja onde for – tem de ser formativo e contribuir para o desenvolvimento de capacidades, competências, valores, atitudes e conhecimentos. Urge, pois, uma Filosofia do Ensino da Filosofia. A Filosofia é para formar, não para endoutrinar, o que não significa, bem pelo contrário, que não se ensine conteúdos, temas, problemas e filósofos. O ensino da Filosofia deve proporcionar o conhecimento de autores e correntes de sinais diferentes e, até, opostos, sem prejuízo, no caso universitário, em particular, da liberdade de ensino. Na liberdade somos sempre condicionados pelas escolhas. Todavia, a interdisciplinaridade e a intertextualidade são possíveis e desejáveis.

Na realidade a Filosofia, como disciplina, é um campo de saber interdisciplinar, quer no Ensino Secundário, quer no Ensino Superior. No interior da Filosofia há várias disciplinas e especialidades e, por outro lado, a Filosofia, como um saber autónomo, entra em diálogo com os demais saberes e disciplinas. Quanto maior e mais fecundo for esse diálogo, mais potencialidades de alargamento e aprofundamento a Filosofia tem.

O ensino da Filosofia suscita sempre a necessidade de fazer opções programáticas. Isto é, quando se trata de fazer um programa de Filosofia é inevitável que haja uma determinada orientação filosófica, se for uma única figura a determinar, ou, então, há uma visão mais eclética e abrangente. Quando tive Filosofia no Ensino Secundário, os programas e manuais tinham duas orientações diferentes. Ainda tenho os manuais e, a essa distância, permite-me uma análise e reflexão que considero importante. No 10º ano de escolaridade, a opção era por temas e problemas, com base em excertos de autores, de filósofos e de correntes. Já na altura gostei muito, havia rigor e sentido pedagógico. O manual tinha fotografias e figuras que, ainda hoje, considero da maior pertinência. Predominava a palavra mas a imagem despertava, logo, um sentimento que é, em si, uma forma hermenêutica que apela ao vivido, para utilizar uma expressão de sentido de Merleau-Ponty. No 11º ano, o manual que tive, que foi adotado pela Escola, na altura, tinha como autores os seguintes Professores de Filosofia: Artur Morão, Isabel Marnoto, Luísa Ribeiro Ferreira, Manuel Garrão. Na capa pode ver-se fotos dos rostos dos vários filósofos estudados em “Filosofia/Epistemologia”. No índice pode ler-se: “Prólogo”, “A Dialética da Ação e do Conhecimento”, “Platão”, “Aristóteles”, “Galileu”, “Descartes”, “Kant”, “Marx”, “Freud”, “Bachelard”, “Piaget”, “O Problema da Verdade”. No 12º ano o manual também era estruturado em autores e temas. Os manuais do 11º e do 12º anos não tinham imagens. O do 11º ano tinha extratos criteriosamente selecionados das obras dos autores. Entrávamos a fundo no texto, na didática do texto, que nos levava ao pensamento dos autores.

A Didática da Filosofia exige o domínio da própria Filosofia que, segundo alguns autores, tem em si a sua própria didática. Mas isto não acontece sem a mediação do professor, como comunicador e, pelo menos em certa medida, o professor é filósofo. Para ensinar Kant, por exemplo, ou outro autor qualquer, é preciso dominar a obra e o pensamento do autor, mesmo que se o que se sabe seja em muita maior extensão do que o que se ensina, o que pressupõe a capacidade de fazer dinâmicas filosóficas em dinâmicas comunicativas, de síntese ou desenvolvimentos de entendimento. Mas ficar por aqui, ao nível cognitivo, e da cognição, talvez poupe o esforço pedagógico mas, por isso mesmo não vai ao núcleo que desperta, não para a Filosofia, organizada, sistemática, como defendia Hegel, mas é preciso ir à dinâmica do próprio filosofar, como defendia Kant, desafiando para o “ousa pensar”. Só esta autonomia nos põe na liberdade de *experienciar a Filosofia* e a experiência como fonte de Filosofia. Do ponto de vista da ensinabilidade da Filosofia,

em termos filosóficos, há que dominar os conteúdos, em especial o pensamento dos filósofos. Mas não é de um momento para o outro que o aluno adquire uma cultura filosófica e, mais, nem sempre uma cultura filosófica, arrumada do ponto de vista conceitual e lógico, é garantia para despertar nos alunos, do ensino secundário, o gosto pela Filosofia, o que exige entrar na dimensão pedagógica inerente à Filosofia. E hoje isso é tanto mais pertinente quanto mais a UNESCO defende a Filosofia para todos. No fundo aqui temos um duplo desafio, que a Filosofia parta e chegue a cada um, o que pressupõe o elemento vivencial, e, de certo modo, o domínio de uma cultura filosófica que consolide os saberes em democracia, não podemos ter saberes de primeira e saberes de segunda. Por isso é que tenho defendido, com conhecimento de causa, que quem domina o pensamento de um filósofo, ou autor, ou um tema, em termos de cientificidade, é capaz, tem de ser capaz, de ensinar, de transmitir, também como indutor de problematização, a qualquer pessoa. Mas aí a Filosofia não pode ficar por conceitos abstratos, por noções secas, desenraizadas da vida. E isso não significa nenhum vitalismo, que é redutor, significa Pensamento e Vida e Vida e Pensamento. É nessa dinâmica que se dá a compreensão filosófica, também em dinâmicas pedagógicas e didáticas.

A didática não é um instrumento acrítico de transmissão dos conhecimentos. A própria didática tem de ser reflexiva e problematológica. Michel Meyer tem um livro filosófico que se intitula *A Problematologia*, do qual retiramos muitos elementos para pensar a Didática da Filosofia. O próprio livro abre pistas muito relevantes para problematizar a Filosofia, que se não pode reduzir a um conhecimento proposicional, mas essa reflexão torna-se muito útil para muitas áreas do saber, para o conhecimento, em específico, e em geral. Michel Meyer afirma: “o questionamento é realmente o princípio do próprio pensamento, o princípio filosófico por excelência,” (MEYER, 1991, p. 15). E acrescenta: “Nenhuma resposta primeira pode ser tal se não afirmar a primazia do questionamento” (MEYER, 1991, p. 15)

O Autor, Michel Meyer, refere-se ao diálogo, ao logos e à dialética em Sócrates e contrapõe ao próprio Platão, que busca uma essência. Ao referir-se a Platão, afirma: “A verdade no diálogo pressupõe, como condição minimal para ser obtida, que os interlocutores sejam de boa-fé: uma característica subjetiva que não permite distinguir objetivamente Sócrates de um qualquer sofista”. (MEYER, 1991, p. 73). É fundamental destacar a “boa fé”, não uma boa fé da boca para fora, falsa, mas uma boa fé que se vê, em cada pessoa- sujeito. Neste sentido há que questionar e problematizar a última afirmação de Meyer. Se uma pessoa é de boa-fé, é honesta, não se reduz a uma questão subjetiva, vê-se nas obras, nas ações, na coerência da ação. Não há objetividade sem subjetividade, como nos ensina a Fenomenologia. Além disso as verdades que Platão procura no fundo da alma são essa objetividade partilhada de modo intersubjetivo, em diálogo verdadeiro e sincero. Em Platão o diálogo não é um simulacro, é um teste, é um caminho, que se faz no aprofundamento do conhecimento. Na sequência do que afirmei, não subscrevo, embora compreenda esta afirmação de Meyer: “A interrogação, tão cara a Sócrates, torna-se doravante, para Platão, o mero instrumento para fazer surgir uma verdade escondida no fundo da alma. A teoria da reminiscência junta-se à divisa “conhece-te a ti mesmo” (MEYER, 1991, p. 73). Ora, essa busca do conhecimento de si é uma busca permanente, de uma essência na dinâmica de uma existência. Em cada etapa das nossas vidas somos os mesmos e somos diferentes. Por isso é possível o reconhecimento (identidade constituinte) e o enriquecimento, laborando com ideias de luz mas também em imperfeições. Somos interioridade e corporeidade. E dizer tudo isso tem tanto de conhecimento, de problematidade como de ensinabilidade. É assim? Ser? Como somos? Como vamos sendo, em nós e com os outros? Se for numa perspectiva de verdade, na ensinabilidade da Filosofia desenvolve-se uma Educação Filosófica e colocamo-nos no que perguntamos e no que afirmamos, aliás, há afirmações que têm um fundo de questionamento e há perguntas que têm um sentido de afirmação. Na realidade, a questão, a problematização, cria uma dinâmica entre perguntas e respostas.

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

No fundo, ao colocarmos o ensino da Filosofia, pomos sempre, também, a problemática do que é a Filosofia. Tenho essa experiência do ensino secundário. Quando os alunos chegam, ao 10º ano de escolaridade, com uma disciplina nova, desejam saber o que é a Filosofia. E perguntam, o que é a Filosofia, mesmo quando o programa ia, e bem, “do vivido ao pensado”, com um fundamento fenomenológico.

Afirma Michel Meyer:

A filosofia é questionamento radical, na medida em que tem como tema principal o próprio questionamento. Os Gregos, se tivessem podido pensar o questionamento, ter-lhe-iam chamado literalmente *problematologia*, mas não o pensar, e nós vamos ver porquê.

A filosofia, ao recalcar de algum modo o questionamento, que é o seu princípio activo, transforma-se noutra coisa. O próprio exame da história ensina-nos que o questionamento nunca foi o tema próprio da filosofia. No entanto, esta não teria podido nascer e perpetuar-se se não o tivesse empregado ao nível da sua prática. Assiste-se assim a um deslocamento da interrogação que, não sendo tematizada, se dirigiu para algo diferente de si próprio. Quais foram as consequências desta não tematização do questionamento radical de si mesmo? (MEYER, 1991, p. 15).

Michel Meyer fala, como consequência, da não tematização do questionamento, da “autonomização das respostas”. E afirma: “A ideia de resolução caiu sob o golpe daquilo a que chamarei o modelo proposicional da Razão.” (MEYER, 1991, p. 15).

A Filosofia não é, apenas, “o reino dos porquês”, das “perguntas”, a Filosofia também tem respostas e resoluções, no sentido em que o fim, sempre em trânsito, se encontra com o princípio que esclarece, e dá entendimento e luz. Mas as respostas da Filosofia, tal como todas as respostas humanas, nos diferentes campos do saber são sempre respostas abertas, quando dadas com rigor, com seriedade, com fundamento, mesmo que em espontaneidade, onde muitas vezes se colhe a frescura do sentido.

Afirma Michel Meyer:

Uma resposta problematológica tem isto de particular: ela separa o impensado do pensamento, coloca alternativas, e é isto a solução que ela traz. Ela não é uma resposta no sentido habitual: uma resposta *apocrítica*, como eu lhe chamo, fecha inquérito, reclaca o problemático e afasta-se dele, em vez de o pesquisar, explorar e esclarecer. Ela serve de base para uma outra questão, e assim sucessivamente. As questões desaparecem, as respostas acumulam-se. (MEYER, 1991, p: 19-20).

Ora, em Filosofia, e em todos os setores e saberes da Vida, as questões e as respostas estão – devem estar – numa interação permanente, sem perder a fundação, e os fundamentos, - sem fundamentalismos -, visto que os pontos de vista acrescentam e tornam o conhecimento relativo, sem relativismos. A arrogância do relativismo está na base das chamadas “falsas notícias” e “factos

alternativos”. Ora, para além e além dos factos estão razões, estão intenções. O relativismo é uma forma de dogmatismo que pode infiltrar-se no poder e até fazer minar as democracias, que não podem abdicar do valor da verdade em ligação com o valor do diálogo. Só uma Filosofia que se coloca por relação à Verdade é que se encontra na busca do conhecimento e este caminho dá sempre frutos nos valores e, acima de tudo, na humildade de ser, e de acolher e acolher os outros. Caminhar é errar. “O erro é humano” e a imperfeição, o que é oposto ao ódio, ao medo e à mentira, como bem denuncia Boaventura Sousa Santos, num artigo intitulado “As incessantes fábricas do ódio, do medo e da mentira” (In *Jornal de Letras*, nº 1262, 2019). Vemos, por aqui, também que a Filosofia não pode ser apenas ensino a partir de si mesma, a Filosofia tem de ser uma Escola de Democracia, a Filosofia tem de ser Educação e Formação, com conteúdo e seiva de ser.

Antes de tematizarmos o sentido formativo, nuclear, da Filosofia, continuamos a referir algumas afirmações e conceções de Michel Meyer. Vejamos, de modo problematizador, as próprias afirmações de Meyer sobre o questionamento:

O questionamento é para ser interrogado, e esta interrogação necessária é suficiente para criar o seu sentido. Com certeza que nem tudo que é posto em questão acede, só por isso, à significação filosófica, mas é certo que, se a filosofia quiser chegar a resolver os seus problemas, tem de se interrogar sobre a problematização e, mais particularmente, sobre os problemas que são filosóficos. O que remete, por sua vez, para a necessidade de instaurar um logos fundado na diferença questão-resposta e não na indiferença proposicionalista. (MEYER, 191, p. 25)

Considero que este livro de Michel Meyer – *A Problematologia* – é muito fecundo e esclarecedor mas está também sujeito a ponderações críticas, reflexivas e problematológicas, desde logo porque não me parece que o questionamento e a problematologia sejam temas, em si, para ser pensados, como questões, a não ser numa abertura reflexiva, isto é, não se pode abstrair e isolar o questionamento como se este não estivesse enraizado no próprio conhecimento. Enraizá-lo, num certo sentido, impede a sua alienação mas o seu total desenraizamento seria a secura, seria a desvitalização, seria a negação da vida que irriga o Saber e o Conhecimento Filosófico. Mas é fundamental afirmar que o conhecimento filosófico é constituinte nunca está constituído. Neste sentido há que problematizar, de modo reflexivo e crítico, a formulação de Meyer quando se refere aos “problemas que são filosóficos”. Ora, todos os problemas são filosofáveis, são matéria potencial para a Filosofia e para o filosofar. O programa de (Introdução à) Filosofia que esteve em vigor, anteriormente ao atual, - em Portugal - falava, de modo explícito, nos “textos filosóficos” e na “leitura filosófica dos textos”. João Boavida também fala muito do que é filosófico e do que se torna filosófico, potenciando, a partir da experiência, a relação entre Filosofia e Pedagogia, bem como as potências e potencialidades dessa relação formativa.

Michel Meyer pretende “questionar o questionamento” bem vistas as coisas não para coisificar o questionamento, fora do corpo vivo da Filosofia, mas para fazer despertar a vivacidade do próprio questionamento inerente à Filosofia como filosofar. O verbo *filosofar* assume-se na sua plena dinâmica de significação, também na historicidade, um termo que Meyer conceptualiza.

Afirma Michel Meyer:

Filosofar é criar, é realizar um acto autónomo, porque livre. O questionamento filosófico presente nas respostas que dele resultam, uma vez que estas são problematológicas, desemboca numa pluralidade compatível. Mas, o pensamento perde-se, se a necessidade da resposta sobre a origem, como afirmação do questionamento, não refletir a liberdade do seu nascimento. Esta síntese da necessidade e da liberdade refere-se, na realidade, respetivamente, ao teórico e ao histórico” (MEYER, 191, p. 28).

Julgo que no seu livro, *A Problematologia*, Michel Meyer não equaciona bem a Ontologia como se a ontologia não fosse, por natureza, em si, e no tempo, a nascente do questionamento, que se dá no seu nascimento, como logos, como estudo do ser, como sentido do Ser a ser, na sua dinâmica ôntica, sempre por relação aos princípios, em meios e fins. O princípio busca e projeta-se na sua finalidade. Somos em existência e coexistência. O esquecimento da Ontologia pode levar à instrumentalização da Antropologia. Razões temos para nos lembrarmos da advertência de Gabriel Marcel quando afirmava que “o homem está eixado na ideia de função”. A gravidade é que essa funcionarização leva a uma perigosa instrumentalização e objetualização do ser humano. As respostas humanas a dar têm de se ligar aos princípios, no seu sentido ontoantropoético.

O conteúdo do pensamento constitui uma positividade necessária.

Afirma Michel Meyer: “uma resposta que não remete para o questionamento onde se origina não se pode afirmar como uma resposta de primeiro princípio” (MEYER, 191, p.60).

O “caráter originário” do questionamento é o “originário filosófico”. Nesse sentido afirma: “O que é que pode resultar disso, a não ser a possibilitação do filosofar? O questionamento deixa de ser uma falha do pensamento para se tornar a sua própria positividade.” (MEYER, 191, p. 60).

Estas afirmações de Michel Meyer são fundamentais para os saberes, em si, tal como se vão formando mas, igualmente, para a ensinabilidade. No ensino da Filosofia, ou de qualquer outra disciplina, ou especialidade, ou área, por exemplo a educação e a filosofia, é fundamental saber perguntar, saber questionar, saber formular as questões, as questões bem formuladas vão ao fundo da experiência e das vivências, aí onde os conceitos se irrigam e nutrem, aí onde as palavras iluminam o impensado e trazem à luz do dia conhecimentos que só não estavam nem explicitados nem consciencializados. A problematização e o questionamento são muito fecundos para a tematização filosófica e para o avanço do conhecimento, ao mesmo tempo que constituem modos fundamentais para a prática pedagógica e didática, sem o que a didática não passa de um inútil didatismo, seja em que disciplina for. Urge, pois, conferir à didática a importância que a mesma tem. Não há, hoje, didática que não seja reflexiva e questionadora. E na didática é fundamental saber colocar problemas, daí, também na pedagogia e na didática, a problematologia. Eis que, afinal, vemos como a problematologia é fundamental para o conhecimento científico, das especialidades, e para a educação, nas especialidades. E o que significa “colocar um problema”?

Colocar um problema onde tudo parece evidente, é essa a essência do pensamento criador, tanto na ciência como nos outros domínios. Levantar uma questão consiste em perspetivarmos uma realidade sob um novo ângulo. O questionamento é constitutivo da experiência, tanto da percepção como do saber

que dela resulta. Pouco importa aqui a modalização do processo interrogativo.” (MEYER, 191, p. 61).

O Autor considera “a problematização como um conceito filosófico” (MEYER, 191, p. 62). Num certo sentido, entendo que assim é, que é mesmo assim, isto, é a “problematização” tem de ser entendida na sua densidade concetual, como saber e atitude, de modo a criar saber e conhecimento, caso contrário poderia degenerar e poderá confundir-se com o perguntar sofisticado, que está na base da falsidade, do falseamento e da comercialização do saber. E este é um dos graves problemas hoje da educação e do sistema escolar. A Escola, a começar pela Universidade, deixar de ter um conhecimento com vínculo à verdade. A mercantilização do conhecimento faz degenerar tudo, nada tem valor nem interesse. A Filosofia é, na sua essência etimológica, amor da Sabedoria, na procura do Conhecimento. Aí está a grave crise, que se vê por todo o lado. As instituições de ensino e de educação têm de recuperar a credibilidade e a fiabilidade. Sem esses valores não é possível regenerar as sociedades. Mas os valores da Verdade e da Justiça, os grandes valores da filosofia greco-romana têm de estar de volta, têm de regressar. Sem esses valores não há fundamentos. A desfundamentação na filosofia não confunde perspetivismo com niilismo. Está à prova de todos que a Sociedade e a Política exige valores de Grandeza e de Dignidade, que habitam cada ser humano, tão só – e é tudo – como ser humano, porque é um ser humano. A Declaração Universal dos Direitos do Homem/Humanos não foi instituída para conferir dignidade ao ser humano mas para reconhecer, para afirmar, a nível mundial, que o ser humano é humano. No fundo, a enunciação da Declaração dos Direitos Humanos enraizou-se na realidade histórica, problematizou-se e os seus autores, com indignação, não se conformaram, os seus autores, individuais e coletivos. Por isso, organizações como a ONU e a UNESCO são fundamentais, mesmo em termos filosóficos, na Defesa da Filosofia para Todos. Eis, pois, por que razão a problematização não pode ficar como um problema filosófico estrito, será tanto mais filosófico quanto mais chegar a todos e a cada um, nesse sentido a problematização tem um conteúdo filosófico, enquanto humano, isto é, num sentido pluridimensional.

O facto de citar, concordando, ou de modo reflexivo, *A Problematologia*, de Michel Meyer, não significa subscrever tudo o que lá está. A forma como deriva para Platão e Aristóteles não tem a minha concordância. A entrada em Platão não é proposicionalista e, continua a ser, como em Sócrates, só que na forma escrita, uma prática de questionamento, o que, de facto, reifica mais o discurso, que é, na realidade problematológico. Também me distancio no modo como Meyer tematiza a Metafísica, a Ontologia. A ontologia não é fixismo, é o Ser, na sua dinâmica e na sua compreensão, também histórica.

Um Filósofo Notável, que foi meu Professor, José Enes, tem uma Obra monumental sobre a Ontologia, - *À Porta do Ser* -, sempre de plena atualidade e futura. Diria mesmo que é uma Obra Clássica Contemporânea, que deve ser mais divulgada, como aqui estou a fazer. Sempre que abro este livro vejo e sinto a Ontologia, na sua Génese, na sua Origem, no fluxo do Ser a ser, nos entes, que se expressam através da linguagem. Para a Ontologia tudo conflui, visto que o ser é o que nos interpela, por todo o lado vemos ser. O niilismo é sempre um sentimento de vazio, quando no interior não há ser. No Prefácio do livro *À Porta do Ser*, afirma José Enes: “*Este livro, apresentando-se embora numa sujeição interpretativa, é uma obra de pensamento pessoal. Nele se pensa aquilo que há de mais pessoal a pensar – o ser; e nele se pensa a partir do que há de mais pessoal para a elaboração do próprio pensar – a experiência de cada um e a língua em que ela se expressa na colaboração de todos quantos a falam.*” (ENES, 1969, p. 5). Façamos uma hermenêutica destas afirmações de José Enes. O Ser não é nada de frio, transcendente e inacessível. José Enes afirma, com humildade, que é “uma obra de pensamento

peçoal”. Assumir o pensamento é um ato de coragem, sem o qual não há filósofo digno desse nome, a não ser um repetidor, atabalhoado, de ideias alheias. Coisa muito diferente é a inevitável intertextualidade e problematicidade que os diferentes autores, conceitos e temas suscitam. Além disso, José Enes afirma que o “ser” é o que há “de mais pessoal a pensar”. O ser toca-nos, está em nós, é-nos, nós somos ser, a ser. O ser afinal tem um sentido antropológico. José Enes fala na “Ontoética”. Além disso José Enes afirma: “*e nele se pensa a partir do que há de mais pessoal para a elaboração do próprio pensar – a experiência de cada um e a língua em que ela se expressa na colaboração de todos quantos a falam.*” (ENES, 1969, p. 5). No ser pensa-se, não pensamos apenas o ser, pensamos ser no ser, na “elaboração do próprio pensar” entra a “experiência de cada um”, como fonte de saber, como fonte epistemológica, como de conhecimento, como fonte de vida, como fonte humana, da qual irriga o saber mais profundo da existência, saberes e conhecimentos que, partindo da experiência, se expressam “na colaboração de todos quanto a falam”. É extraordinário como, embora de modo não explícito, na riqueza do impensado, José Enes fala na interpessoalidade e na intersubjetividade que se manifestam na e pela “língua”, pela linguagem. Por isso as metáforas, a língua e a linguagem são tão importantes na obra de José Enes, em que a expressão assume um forte significado, desde logo porque mostra, dá a ver, o que está dentro e vem à luz do dia e da compreensão humana. Os vocábulos, em José Enes, falam da sua origem metafórica primeira, como por exemplo o verbo perguntar e sondar, entre muitos e muitos outros. Ao ver a língua por dentro, o filósofo assume a responsabilidade e a criatividade do falar e do escrever. Em Sócrates temos a valorização da oralidade, em Platão e em Aristóteles temos a valorização da escrita. Em Aristóteles o discurso escrito assume uma cientificidade proposicional própria da discursividade científica.

Ora, quando José Enes fala na experiência, na língua e na colaboração está presente a interrogatividade mas, acima de tudo, abriu um Caminho para um livro originalíssimo, de uma fecundidade e novidade sempre inovadoras em Ontologia, mas uma Ontologia em que se vê o Mundo em Essência e Existência, na criatividade impressionante de “recesso às origens”. Sempre que releio este livro – *À Porta do Ser* – encontro coisas novas, no explícito e no impensado, para a Filosofia e para a Educação, também para a Didática e para a Metodologia do Ensino.

Numa época em que a palavra está banalizada e falsificada, são de luz as afirmações de José Enes:

Estranhas, então, ao comércio da conversação pública, aquelas vozes vêm à matriz donde nasceram, e aí se abrem à confiança da expressão só possível na intimidade.

Neste recesso às origens, decerto se recata a comunicação (...) (ENES, 1969, p. 5).

Nestas afirmações, José Enes faz o caminho de *recesso* – nunca retrocesso – , isto é, no recesso, vai às origens, aos princípios, que são, também, as finalidades, os fins.

Há, pois, a denúncia, por José Enes, do “comércio da conversação pública”, da comunicação falsa e falsificada, sem fundamento ontológico, que tem levado às “notícias falsas” e aos “factos alternativos”, - como já afirmámos - à mentira que é de uma enorme gravidade porque trai a verdade, pior, o homem trai-se ao não ser fiel à Verdade do Ser, que se deve expressar em todas as áreas da vida humana, na sociedade, na política, em todas as formas de comunicação.

Impõe-se, para purificar essa comunicação a relação à “intimidade” onde se escuta, em abertura, a “confidência da expressão só possível na intimidade”. A exterioridade pela exterioridade leva à aparência, à imagem, à mentira, à falsificação, à inautenticidade. E, justamente, para ir buscar a força pura do ser, em ecologia global, - como fala o Papa Francisco - é preciso “fazer silêncio” e, por tudo isto, neste silêncio fecundo há plena fala e comunicação, purificada da toxicidade e do uso distorcido e manipulador das palavras. Assim se pode e deve entender a afirmação de José Enes, que diz da sua prudência, do seu método, da sua deliberação: Neste recesso às origens, decerto se recata a comunicação (...)” (ENES, 1969, 5). Por este *Pórtico* de José Enes vemos como o Livro nos abre para uma Ontologia verdadeiramente inovadora. Ultimamente tenho-me também interessado no impensado deste livro em termos de Didática e de Metodologia do Ensino, temáticas que o autor explicita e desenvolve noutros escritos, em plena fecundidade e atualidade. Mas um dos aspetos que me suscitou interesse em *Á Porta do Ser* - livro de Ontologia - é a fecundidade do impensado, tão potenciador e relevante para a Didática e Metodologia do Ensino, a tematização das metáforas, de muitos vocábulos, e pelas profundíssimas reflexões sobre a Linguagem e linguagens, diversos verbos, substantivos, sua significação, mundo antepredicativo e mundo predicativo, entre muitos outros conceitos, fazendo a linguagem falar a partir da Filosofia, da experiência, dos provérbios, noeticidade e conhecimento, etc, numa complexidade, etc, etc, etc de que a Educação e a Formação de Professores tem falta como de pão para a boca, muitas vezes nem sequer tendo disso consciência ou a capacidade de, com humildade, ir para essas leituras e desenvolver as suas potencialidades.

No próprio livro *Á Porta do Ser*, encontramos afirmações que constituem núcleos fundamentais para outras áreas, mas que é na Ontologia que enraízam o compromisso com a verdade. Ouçamos José Enes:

Tudo na vida humana, quer individual quer social, se deve subordinar à formação de *élites* intelectuais que sejam as condutoras da humanidade para o cumprimento da sua missão no mundo, Daqui a necessidade de pôr, nos cargos de governo da sociedade, pessoas dotadas de sabedoria, ou seja do espírito de missão para a procura da verdade e para a regência das atividades coletivas à luz da verdade. “(ENES, 1969. p. 466).

Eu, pessoalmente, não gosto da palavra elite, pode ser mal interpretada e usada com arrogância, o que não é, bem o sabemos, de escrita e de vida, o caso de José Enes. É fundamental, puxar para cima, exigir, abrir caminhos, liderar projetos. Em democracia todos são eleitores, elegíveis e de eleição. Todavia, e gravemente, as democracias estão doentes e os partidos políticos já estão gastos, basta ver os elevados níveis de abstenção. Por todo o mundo, incluindo as democracias, os fenómenos de corrupção são assustadores, há que regenerar e recuperar os valores maiores da Liberdade, do Bem Comum, do Desenvolvimento. No entanto, José Enes afirma “Tudo na vida humana, quer individual quer social, se deve subordinar à formação de *élites* intelectuais”. Então cada um é elite, é ser de eleição, e é, neste sentido filosófico e humanista não há - nem deve haver - uma casta de elite, que também podem desenvolver práticas corruptas nos pseudo mecanismos do conhecimento, o conhecimento pode ser adulterado e manipulado como outra coisa qualquer. Há quem viva - ou queira viver - da miséria alheia. Isso é corrupção. Só é edificante o conhecimento que procura elevar e transformar para melhor, para “ser mais”, como afirma Paulo Freire. Mas atenção, muita atenção. José Enes vai fundo e exige, com rigor filosófico,

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

sem cedências, daqueles que se dedicam à causa pública, que são poucos, muito poucos. A política, a organização política da Sociedade, exige um saber de tipo filosófico, humano, exige um compromisso com a procura da verdade, só assim não há corrupção, mas um trabalho, individual e coletivo, para o bem de todos e de cada um, em corresponsabilidade. De facto, é preciso pessoas dotadas de sabedoria, de sabedoria intelectual, de atitudes e de valores. Mais. Pessoas com “espírito de missão”, o que implica valores de dedicação, de sacrifício, tendo sempre em vista fins maiores, o desenvolvimento integral. José Enes deu exemplo disso em toda a sua vida, na sua Tese de Doutoramento – e antes disso -, na fundação da Universidade dos Açores, da qual foi Digníssimo Reitor, procurando sempre servir, servir, servir. Igualmente como Professor excepcional, genial, de quem fui Aluno em Ontologia e tive o privilégio de ter sido meu Orientador Científico, com igual empenho e saber pedagógico, no meu Estágio Pedagógico. Com a sua Orientação elaborei um trabalho intitulado: “*Expectativa em Filosofia – Elementos para um Sentido*”, o qual tem uma forte componente científica e pedagógica. Também aí vi e compreendi como um Filósofo da Craveira do Professor José Enes se interessava, de facto, pelas questões pedagógicas e didáticas, como atestam muitos dos seus escritos. Este testemunho, na primeira pessoa, reforça a autenticidade com que agarrou temas da didática da Filosofia, com convicção Filosófica e Pedagógica. Só com verdade, e na procura da verdade, o conhecimento ilumina e ajuda-nos a abrir o caminho.

Nesta dinâmica correlacional entre a cientificidade e a dimensão pedagógica e didática em José Enes, vamos citar alguns dos escritos fundamentais, explícitos, a este respeito. No livro *Noeticidade e Ontologia*, José Enes tem um artigo intitulado “A Leitura do texto Filosófico como método de ensino”, que resultou de uma comunicação apresentada no “Colóquio sobre o Programa do 12º ano, efetuada no dia 24 de março de 1995, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra” (Enes, 1999, p. 191-207). Neste texto, que teve uma publicação autónoma, em separata na Revista Filosófica de Coimbra – nº 7 – vol. 4 (1995), com o título “Leitura Integral: Porquê? Como?”. Embora com formulações diferentes, o mesmo é o mesmo texto, na sua intencionalidade e conteúdo. Na altura da Reforma Educativa e Curricular, que se generalizou, em Portugal, em 1993/94, após sucessivas generalizações, a disciplina passou a designar-se de “Introdução à Filosofia (10º e 11º anos) e Filosofia (12º ano). Pressuponha que no 10º e 11º anos a Filosofia tivesse uma abordagem filosófica, com forte suporte pedagógico e didático, inerente à sua prática, que não desaparecia no 12º ano mas neste ano o aluno já era suposto ter uma autonomia de pensar e de pesquisar com maior rigor filosófico, mais aprofundadamente. Todavia, rigor é rigor, que pode e deve ter gradações diferentes. Além disso havia um elemento central que atravessava todos os anos – 10º e 11º anos – nos quais a Introdução à Filosofia era obrigatória e o 12º ano, opcional, e em alguns casos obrigatória, em função do percurso que o aluno pretendia realizar no ensino superior. Essa centralidade era – e é – a *Língua Portuguesa*. Nós não utilizamos apenas a Língua Portuguesa, a Língua Portuguesa é constituinte do nosso ser, do nosso Pensamento, do fazer do conhecimento. A fala, a expressão e a discursividade são fundamentais, nucleares, do fazer Filosofia.

Afirma José Enes:

O novo programa da Introdução à Filosofia assumiu, como fundamento da ordenação pedagógico-didática, o estatuto de componente de formação geral em parceria com a língua materna. Foi uma decisão histórica da legislação portuguesa, na qual resplandece a sábia compreensão da natureza do saber filosófico e da sua íntima e originária ligação à língua materna, na medida em que

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

é através desta que o homem recebe e assimila o património cultural e a memória existencial da comunidade a que pertence.

É através da língua que o homem tem discurso da sua própria consciência e do mundo e é através das estruturas linguística que os discursos ganham a virtuosidade concetiva e expressiva dos atos cōscios e do que neles e por meio deles o homem percebe e entende. Mas nenhum discurso carece tanto da língua materna como o filosófico. Pois é só através dela que o filósofo alcança o mais alto acume da reflexão interpretativa e analítica do próprio pensamento e da diferença mundividencial que ela mesma comporta como o acréscimo de realidade que é pertença e identificação da personalidade de um povo. Por sua vez, em virtude desta dependência, a Introdução à Filosofia deve ser, de entre as disciplinas não linguísticas, aquela que mais criativamente contribua para que o português se torne a disciplina mais atraente e mais formativa das competências e da personalidade dos alunos.” (ENES, 1999, pp: 192-193).

O Professor José Enes não fica, de modo algum, pela transmissão da Filosofia, embora a palavra transmissão tenha um forte sentido filosófico, educacional e ético de transmitir aos outros um legado. Vejamos o étimo *transmissão*. Há um sentido de responsabilidade que atravessa um sentido de dever, que se ancora e projeta, em intencionalidade na missão. E hoje falha gravemente, falta, o sentido de vocação e de missão. Esse sentido intergeracional move saberes e as gerações em diálogo, faz avançar o conhecimento, com consonâncias e dissonâncias, consensos e dissensos, mas sempre com Respeito, que nos faz ser e crescer como pessoas, olhando e cuidando do outro como meu próximo, como meu semelhante. Se isso for mera retórica filosófica de nada serve, a não ser enganar, mas se isto se integra num projeto de vida, então a Filosofia é formativa, quer no domínio mais científico quer no domínio mais pessoal, e na relação entre os dois. A Filosofia ou é formativa, ou não é. A crise dos saberes e dos conhecimentos nas escolas e nas universidades acontece porque os fundamentos, a busca da verdade está em causa, está fraturada, tem graves fissuras, que pode fazer afundar o barco, qual títanic. Vamos a tempo de ver isso? Vamos a tempo de fazer a viagem sem que os barcos se afundem? Olhemos o mundo e vemos como há tanto para fazer, para recomeçar. Esta Pandemia da COVID 19 vem mostrar que ou nos salvamos pelo bem, e com o próximo, ou poderá haver um afundamento, do qual todos são responsáveis, uns mais, muito mais, do que outros. Daí a pertinência do que transcrevemos de José Enes. À frente dos destinos das sociedades e dos povos, têm de estar os mais sábios, aqueles que têm a sabedoria da procura da verdade, mas que implica todos, em termos individuais, esse é o ponto para que haja discernimento. Cada Cidadão é Soberano, na sua essência é Pessoa-Povo, com um poder que nunca deve alienar. A democracia e a filosofia devem ser e fazer escola para todos. Com educação, com instrução, com conhecimento.

José Enes fala na “potência discursiva da obra filosófica” (ENES, 1999, p. 198). Refere-se ao “sentido integral”, ao “ler na íntegra”. Integra e integridade dá o sentido de idoneidade, de rigor, de seriedade, não só neste contexto de sentido mas na vida. Uma pessoa íntegra é uma pessoa séria, que não se deixa corromper. Por isso na política devem estar pessoas íntegras. O contexto é sempre muito importante, para aferir, com objetividade, a verdade. É assim, deste modo, e não de outro. Por exemplo, na vida, em qualquer contexto, na escola, em qualquer contexto, quem é verdadeiro vai procurar reconstituir tudo o que aconteceu e o que foi dito, o que foi dito e o modo. A comunicação é uma tarefa difícil porque tem tanto de literal como de figurativo. Muitas vezes o que vale é a boa vontade, a sinceridade e o bem querer. Quem deseja bem procura ser justo. Hoje, basta olhar o mundo, as pessoas nem ouvem, movem-se pela maldade dos seus interesses

interesseiros, muitas vezes não olhando a meios para atingir fins, falta solicitude e solidariedade recíprocas. A Humanidade precisa de reaprender a ser.

José Enes fala na leitura referente à obra escrita, mas a leitura também tem um sentido mais global, além disso quando lemos e escrevemos evocamos mundos de significação.

Atendendo a um sentido mais objetivo, literal e figurativo, no ensino, afirma José Enes: “A leitura integral da obra filosófica, como método de ensino, é aquela que lê na íntegra, na totalidade do seu contexto ou na sua inteireza contextual.” (ENES, 1999, p. 199). A interpretação introduz uma mediação para uma apreensão rigorosa do que está escrito e assim, também, da leitura. Embora a leitura e a escrita tenham um sentido lato, como literacias de interpretar e estar no mundo, - todos somos ignorantes em tantas coisas -, também tem um sentido mais literal, neste caso ler e escrever em termos filosóficos o que, para quem ensina e aprende, pressupõe uma metodologia de ensino, uma certa didática. A Metodologia pressupõe o logos, o sentido, a razão, a justificação e fundamentação do *método*. A aprendizagem, em contexto de sala de aula e em contexto escolar, pressupõe os mundos que as obras e os textos têm de modo explícito ou implícito. Estamos, pois, no terreno, no campo do ensino e da aprendizagem, para lavrar, semear, plantar e transplantar os saberes e o conhecimento. Tudo verbos plenos de metáforas, que se transpõem de um lugar para outro, levando a raiz, com alguma terrena primordial para outra terra, que fecunda o crescimento do conhecimento. Só assim o saber não é de meras ideias, ou noções, mas de conceitos enraizados. No entanto, quanto a mim, os filósofos da subjetividade e os da objetividade não são opostos se os virmos numa dinâmica contextual e não como mero jogo formal de afirmação. Basta ver que toda a filosofia pós-cartesiana se afirmou, de um modo ou de outro, por oposição ou diferenciação em relação a Descartes e, no entanto, a metáfora do conhecimento, em Descartes, é a Árvore. E a árvore é sempre vida. E toda a ramificação, o tronco e os ramos, antecipam, em sentido diferente, é claro, não a interdisciplinaridade, mas um sentido orgânico de interdisciplinaridade. O diálogo entre Filosofia e Educação, em Filosofia da Educação, legitima suscitar esta proposta, problematológica, de reflexão. Trata-se de uma forma de ler – de fazer a leitura – da metáfora da árvore em Descartes, um autor que não é da predileção de José Enes, visto que sugere um esquematismo, longe da Ontologia que desenvolve em *A Porta do Ser*, e por outras razões que aqui não temos tempo nem espaço de explanar.

Face ao sentido literal, mas de potência figurativa, sobre *ler* e *escrever*, destaco as seguintes afirmações de José Enes, que permitem uma percepção do método e da didática designadamente em Filosofia, no Ensino Secundário, e não só. Afirma José Enes:

A aprendizagem da leitura há-de ser feita de tal modo que através dela se aprenda também a *escrever filosofia*. Por este motivo o programa reconhece e põem em relevo a íntima relação que existe entre ler e escrever. *Ler* só se dá sobre o que foi ou está sendo escrito. *Escrever* implica em si a leitura não apenas como destino mas também como feitura, pois ninguém escreve enquanto lê o que está escrevendo. É lendo a obra filosófica que se penetra na inteligência do discurso filosófico, mas só escrevendo se adquire e se manifesta a capacidade de elaborar cientificamente o discurso filosófico. (ENES, 1999, p. 201).

Ora, como vemos, “*escrever filosofia*” aparece como uma atividade explícita, na sua especificidade filosófica. Mas essa especificidade está no jeito próprio de filosofar, que se diferencia

de filósofo para filósofo através de uma linguagem específica, de temáticas próprias em tempos históricos diferentes, na temporalidade e intemporalidade do discurso. Há, também, uma especificidade, uma universalidade e uma transversalidade. Além disso, cada leitor acrescenta texto ao texto, interpreta. Vejamos aqui, uma vez mais, como José Enes vai à raiz metafórica sobre “*interpretativo*”.

Estamos perante uma metáfora noética de matriz comercial: *interpret* era o intermediário entre comprador e vendedor para o estabelecimento negocial do *pretium* – preço. O procedimento interpretativo é o trato dialogal entre dois interlocutores mediatizado por um terceiro cuja função é estabelecer o entendimento entre eles. (ENES, 1999, p. 202).

Mas, sublinhe-se, interpretação não é negociação. José Enes afirma: “No caso da leitura da obra escrita, a interpretação é, por natureza, complexa.” e adianta: “Depois da obra escrita o seu autor, ao pronunciar-se a respeito dela, não assume senão o papel de leitor ou de intérprete. Nem se pode dizer que o *intérprete* de uma obra escrita *represente* ou fala as vezes dela.” (ENES, 1999, p. 202). Nota-se, aqui, que é legítimo interpretar, colocar entre, a obra é interpretada por sujeitos, mas não se deixa capturar no seu fundamento, que a sustenta e alimenta, há como que invariantes, que, no fundo, permitem a convergência objetiva mas não se reduz a ela. O obra subsiste e persiste no seu fundo criador. Por isto, interpretar é recriar, legitima novos influxos de sentido mas na fidelidade aos princípios e aos fundamentos. Por isso em Metodologia e Didática há uma correlação, de fundo, - para haver honestidade – entre princípios, meios e fins. Fazer Didática exige muito mais do que se situar ao nível de um mero, e pretense, saber didático.

Quer para 10º, 11º e 12º anos, José Enes tem, de facto, preocupações didáticas, de modo que os alunos se aproximem uma familiarização progressiva com os textos e com os autores. Fala na “Obra-texto” mas também em “pequenos estudos escritos usando bibliografia adequada” e acrescenta: “É didática e pedagogicamente importante que os alunos adquiram admiração pelo filósofo e pela sua obra.”(ENES, 1999, p. 205). Foi o que me aconteceu, como aluno, pelas obras filosóficas do Professor José Enes e do Professor Gustavo de Fraga e, de modo didático, levo os meus alunos a aproximarem-se das suas obras, tão fecundas para múltiplas disciplinas/unidades curriculares. Para isso é preciso conhecer a obra, suscitar e interpelar para o seu conhecimento, de modo didático, e haver respeito, muito respeito, pela autonomia e independência científica, que resulta de um saber próprio e singular. E a singularidade é uma característica de um professor universitário, como defendeu e escreveu, António Machado Pires, entre outras figuras de referência.

Ora, e numa preocupação didática, José Enes fala do texto, texto filosófico, embora haja vários tipos de texto como o autor faz notar no caso de “Introdução à Filosofia” (10º e 11º anos). O próprio mundo é um texto, a realidade está cheia de textos que nós interpretamos. E, no fundo, a Filosofia tem um carácter formativo porque nos ajuda a saborear e interpretar os passos da nossa vida, cheia de perplexidades, dúvidas e incertezas. Por isso a Filosofia, em sentido mais estrito, e em sentido mais abrangente, ajuda-nos a desenvolver uma cultura filosófica e um olhar filosófico-educacional, que nos ajuda a orientar nos caminhos da nossa existência e coexistência. Mas, no caso, trata-se de considerar o texto filosófico, que pressupõe várias competências para a sua análise. No caso do ensino secundário, é sempre uma riqueza interpretar o texto, na proximidade do rigor

intrínseco do texto,- isto é, na sua identidade intrínseca, embora sempre com margens de interpretação, que ampliam e aprofundam o texto, também na interpelação do seu núcleo, sem nunca atingir o seu ponto central, a palavra de fundo, que lhe dá sentido, fisionomia e configuração. Todavia, muitas vezes, as perguntas e análises de um texto surpreendem-nos, na sua textualidade de fundo e na intertextualidade de significações. Neste sentido, o perguntar e a análise sobre o texto traz à superfície maravilhosos que estavam submersos, à espera e à procura de o texto de dizer melhor, numa hermenêutica de acesso e recesso. No fundo, a análise é um exercício de reflexão de hermenêutica, numa finura que abre outros horizontes, que o texto legitima. Afirmo José Enes:

As competências de análise textual, linguística, lógica e argumentativa, de interpretação dos sentidos do discurso, de questionação crítica e de descoberta das vivências filosóficas, formal e virtualmente expressas na obra, deverão ser procuradas e desenvolvidas através de frequentes exercícios escritos e orais, individuais e de grupo, de tal modo orientados que através deles, também, se cultivem as virtudes hermenêuticas do respeito pela integridade textual e da valorização da riqueza polissémica do discurso. Um cuidado que se há-se sempre ter, tratando-se de obras traduzidas para português, é verificar a fidelidade ao sentido do original. (ENES, 1999, p. 205).

Da citação destaca-se, por exemplo, a importância da escrita e da oralidade, dos trabalhos individuais ou em grupo, “as virtudes hermenêuticas do respeito pela integridade textual e da valorização da riqueza polissémica do discurso”. Sublinhe-se a expressão “integridade textual”, o que demonstra que a interpretação é uma tarefa de rigor, tal como, quando é o caso, a tradução. Mas para além da atenção à “integridade textual”, há a “valorização da riqueza polissémica do discurso”. Aqui entra o rigor e a criatividade, a capacidade de proximidade ao texto e, ao mesmo tempo, a capacidade de o fazer falar, de potenciar as suas vozes, outras linguagens, na discursividade da Linguagem. Também aqui José Enes mostra a sua altura e fundura como Filósofo e como Didática, que usa um Método que vai ao étimo das palavras e as faz falar na sua fresca fenomenológica original, e dá-se uma hermenêutica rica, em fidelidade e em criatividade, onde a palavra habita o seu ethos ao mesmo tempo que se revela e manifesta, no discurso oral e no discurso escrito. No fundo, estamos no plano rigoroso da Filosofia e da Didática Comunicacional. Mas isso dá-se no pensar e no dizer, no expressar e no expressar-se. Esse sentido manifestativo é o que o Professor quer dizer, muitas vezes consegue, outras não consegue. Expressar conceitos através de metáforas é de uma riqueza imensa. Não só na sua Obra Monumental, mas também como aluno, que fui, de José Enes posso e devo testemunhar a riqueza das suas aulas, era um Professor-Filósofo que filosofava perante nós, num movimento do pensar e do dizer, em que a Didática só pode ser uma Didática que respeita a pureza do pensamento, o gosto do pensamento e a interligação entre conceitos e filósofos, sem descuidar a linguagem do quotidiano, na qual e com a qual nos expressamos, desde logo, e isso é o fundo essencial, as nossas experiências e vivências que são fonte de riqueza expressiva e filosófica. Para além de um ou dois casos, que aqui não quero referir, foi em José Enes e Gustavo de Fraga que encontrei os maiores pensadores, educadores e pedagogos. Foi com eles que verdadeiramente aprendi a ligação entre Filosofia, Educação e Pedagogia. Foram – e continuam a ser, pelas suas obras, notáveis – verdadeiros pastores no sentido de Heidegger. O *Pastor* é e deixa ser, cuida e cuida-se, está vigilante, *na Liberdade da Verdade*, para que as pedras vivas sejam, em projeto, e as instituições – onde quer que sejam – não degenerem, não fiquem abaixo da sua função, (apoiando-se em Gabriel Marcel), como adverte

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira**

Gustavo de Fraga no livro *Fidelidade e Alienação*, um verdadeiro livro de Filosofia e de Pedagogia Universitária, em qualquer parte do Mundo. Em 2018 publiquei um livro a que dei o seguinte título: *José Enes e Gustavo de Fraga. Pastores da Verdade na Luz do Ser*. Aí está muito do sentido da Filosofia e da Pedagogia desses dois gigantes do Pensamento, de quem tive a honra de ter sido Aluno e Monitor, o que permitiu um acompanhamento de perto do pensamento e ação de ambos, ao longo do Curso de Licenciatura em História e Filosofia (via ensino), de cinco anos. São elementos do meu *Curriculum Vitae*, que posso objetivar e que constituem fontes para um conhecimento, na primeira pessoa, que, também por isso, alia o testemunho, o exemplo e a obra de duas Figuras maiores que nos ajudam a pensar, em termos filosóficos e pedagógicos, a Filosofia do Ensino da Filosofia. Aqui ficam registos mas também evocações para outras e posteriores incursões na Obra e Pensamento deste dois Grandes Filósofos, de expressão na Língua Portuguesa, em Universalidade.

Na citação anterior, José Enes falou na “fidelidade do sentido original”. Vejamos uma citação original sobre o que é original.

*O chamar original cita a vir a intimidade do mundo e da coisa, é o citar mais próximo. Este citar é a essência do falar. No falado da poesia mora o falar. Ele é o falar da fala. A fala fala. Ela fala, enquanto cita o citado, coisa-mundo e mundo coisa a vir para o entre a diferença (ENES, 1983, p. 121).*

No pensamento e na obra de José Enes, Heidegger ocupa um lugar fundamental, tal como S. Tomás de Aquino. Sempre numa inquirição sobre o ser e a linguagem. José Enes fala na “maior ameaça que pesa sobre a civilização ocidental”, cuja razão iluminadora, e inteligência, devem colocar-se “na descoberta e salvaguarda do ser”. Sublinhe-se, “salvaguarda do ser”, que, é, afinal, a salvaguarda do ser físico, da ecologia física, e do ser humano, uma ecologia humana, que clama por uma ecologia integral,

O pensamento cede a semelhante tentação na medida em que deixa de ser inteligência ocupada em ver e julgar o que mais importa ao homem pensar, para ser apenas razão preocupada e atarefada com prever e calcular as vias e os processos de conseguir apoderar-se do que interessa ao homem ter. Na sua genuinidade, porém, o pensar tanto é inteligência como razão na procura de ver, possuir, guardar, alimentar e fomentar o seu próprio ser e o ser do mundo. A maior ameaça, que pesa sobre a civilização ocidental, vem da possibilidade e do facto de o pensar se esquecer desta sua missão de inteligência *iluminadora* da *razão* e de *razão* ao serviço da inteligência na descoberta e salvaguarda do ser. (ENES, 1983, p. 143).

Onde fala no “jeito medidor do pensar”, afirma José Enes: “Da justeza do fio com o fiel resulta a *fé* e a *confiança* entre os *pensadores*. Cuidadoso, calculador e vigilante é o pensar. A medida está na sua essência: a sua mira, a sua intenção, o seu lançar-se para as coisas, é *medir*. Este é o seu *jeito* essencial”. (ENES, 1983, p. 141).

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

Só em harmonia de ser, na harmonia de ser, podemos ajudar a salvar o planeta e o mundo. O pensar assume-se no seu desvelo cuidador. Em termos verdadeiramente humanos, o pensar é um cuidar. Cuidar do outro, do meu próximo, e cuidar de mim, num cuidado integral.

Nós somos linguagem, não usamos apenas a linguagem, embora o devamos fazer no respeito ontoético pelas palavras, as palavras dizem de nós. Por isto, nunca será demais dar toda a atenção filosófica, linguística e pedagógico-didática à linguagem. A Filosofia assume, em termos científicos e de ensino, uma importância fundamental, mas isto exige uma atenção permanente ao labor discursivo à língua e à linguagem.

No artigo intitulado “O Momento presente da Filosofia em Portugal”, publicado no livro *Formar Professores para a Escola Cultural no Horizonte dos anos 2000*, com Organização do Professor Doutor Manuel Ferreira Patrício, afirma o Professor Doutor José Enes:

Os estudos linguísticos são indispensáveis para o aperfeiçoamento e a criatividade do discurso filosófico; e há recessos estruturais e semânticos na língua em que só a reflexão filosófica penetra e cujo entendimento é fundamental para o seu conhecimento científico. Uma boa formação filosófica não é possível sem uma sólida e atualizada formação linguística. (ENES, 1997, p. 314).

Estamos na dinâmica do ensino da Filosofia. Não se ensina Filosofia, nem nenhuma disciplina, a debitar, é preciso filosofar. Vejamos a conceção de José Enes sobre *Filosofar*. Afirma José Enes:

*Filosofar* é uma experiência de pensamento que não nasce do estudo. Ninguém filosofa somente como resultado de uma aprendizagem. O começo do filosofar é um acontecimento do espírito. Só num contexto contingencial acontece ao homem o apelo à filosofia. O estudo e a aprendizagem podem fazer parte daquele contexto e, inevitavelmente, serão traços dominantes da ocupação filosofante. Mas filosofar é um jeito de pensar que, se não se transformar em projeto de existência, jamais alcançará a sua essência própria e a validade que a história lhe reconhece. (ENES, 1982, p. 19).

Num artigo intitulado “A filosofia no dealbar do terceiro milénio, integrado no livro *Poiética do Mundo. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves afirma José Enes:*

A maior urgência histórica, numa perspectiva filosófica, é uma escola com o significado que “escola” tinha em Atenas no tempo de Aristóteles, ou seja, uma *universidade de modelo aristotélico*. Quer isto dizer que quando se trata do ensino da filosofia se há de tomar em conta o facto de a visão metafísica ter nascido em um dado momento da experiência científica de uma ciência natural, bem como a necessidade daquela experiência científica para conservar o hábito metafísico na

sua autenticidade. Poucos são os filósofos em cuja obra este vetor esteja bem visível. (ENES, 2001, pp: 533-534).

O esquecimento ou ocultamento da Metafísica está na base das crises e desrespeito pela Pessoa Humana, nas ditaduras mas também nas derivas supostamente legitimadas pelas eleições, nas democracias. Não são apenas os direitos humanos que estão em causa é, antes e mais profundamente, a Dignidade do ser humano, do ser humano concreto, de carne e osso. Falta uma Metafísica de Carne e Osso e não uma Metafísica de salão, de argumentação, sem fundamento, sem vínculo à Verdade. É necessário um Regresso à Metafísica e ao seu futuro, para termos pessoas com valores, Estados Democráticos, com práticas de Democracia. Acima de tudo é preciso olhar, de novo, que a Verdade é o garante de haver pluralidade e universalidade. Quantas pessoas morrem à fome, todos os dias há gritos que clamam Justiça, que clamam Pão para alimentar o Corpo e o Espírito. Isso é a Verdade, a luz das ideias de Platão que têm de descer à Terra, sem nela se alienarem, que é sempre o risco, ou erro, da boa Utopia, que se pretende realizar, no concreto, sem resguardar a luz que a faz ser a Utopia que busca a realização. Parafraseando Manuel Ferreira Patrício, Utopia é o que o ainda não Há, mas temos o direito de desejar que seja. Ideal e Real, não se identificam, à maneira de Hegel, o ideal e o real caminham em dinâmicas de (des)coincidências. É preciso problematizar a História, a historicidade, que é um conceito que Meyer desenvolve. Há, pois, que desenvolver “o hábito metafísico”, a Metafísica no Saber, no Conhecimento, mas a Metafísica que se enraíza, sem se alienar, na vida das pessoas, das comunidades, dos povos e das nações. É preciso estar atentos à COVID 19. Estamos perante uma pandemia terrível mas já está a ser usada e abusada, à escala internacional, para bons e maus propósitos. Também nesta realidade, e por toda a parte, é preciso haver discernimento crítico e reflexão na ação. Para que isso aconteça temos de ir à Filosofia como Património de ideias, de Filósofos, de correntes para nos ajudar. Historicidade, contemporaneidade e atualidade devem ser postas em correlação problematológica.

Embora entenda as razões pelas quais José Enes foi – está na sua obra – crítico de Descartes, considero que o facto de ter sido aluno e Monitor de Gustavo de Fraga, grande estudioso e especialista de Descartes e Husserl, me permitiu ver, frequentar, nestas duas Figuras duas escolas filosóficas em grande fecundidade. E um dos autores que faz a ligação entre essas duas correntes é Heidegger. A fenomenologia heideggeriana abre caminhos de compreensão de duas escolas filosóficas que, bem vistas as coisas, têm pontos e pontes de sentido, admito que em ontologias de registos diferentes, mas ontologias. Nem Descartes ficou fechado na filosofia do sujeito nem Tomás de Aquino, ou antes, Aristóteles ficou alienado na realidade ontológica do objeto externo. Quem olha, põe as suas vivências no que observa, porque é sujeito de significação. Ler José Enes e Gustavo de Fraga é sempre para mim razão de maravilhamento, o que demonstra a fecundidade das suas obras e a minha fidelidade, interpretativa, como discípulo. A determinada altura senti mesmo – e já muito está escrito, mas muito por escrever – que esses dois Filósofos-Professores foram – e continuam a ser - verdadeiros Mestres, porque, sendo humildes, foram grandes, cada um com o seu estilo, criou e fez escola, nesse sentido também inspiraram-me, a fundo, sobre o que é, o que deve ser, a Pedagogia Universitária, o que é e deve ser a Metodologia e a Didática, ensinaram-me que, afinal, é o Professor, como Figura, se a tem, que é a verdadeira Escola. Como já referi a Obra de José Enes tem muito de impensado, que é fundamental para que a Educação seja, para que a educação tenha conteúdo e possa ser credível. Caso contrário pode dar-se, com gravidade, o que afirma o Professor Machado Pires, na sua mais alta responsabilidade educacional:

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

A aprendizagem de uma língua implica conhecimentos básicos que não podem ser iludidos. A “dulcificação” enganosa que certas correntes educativas têm inculcado nas Ciências da Educação tem sido responsável pelo menor grau de qualidade no uso da Língua Portuguesa. Tem-se minimizado o esforço, como se a natureza amoldasse a teorias pedagógicas facilitistas. A memória é um instrumento precioso que deve ser aproveitado, nas idades em que pode e deve ser aproveitado, com bom senso e capacidade motivadora. O conhecimento “técnico” de uma língua exige a memorização de algumas informações. (PIRES, 2005, p. 14).

Sempre tive o maior apreço pelas áreas da especialidade bem e das Ciências da Educação, mas, num caso, como noutra, professores que sejam humanistas – o que deveria ser uma redundância -, que dominem os conhecimentos e que saibam comunicar. A comunicação é fundamental. E não se trata de uma dicotomia entre saber e comunicar, a comunicação, para o ser, em profundidade, é comunicação de ser, de saber, de conhecer. E acentuo o verbo que se põe em relação com o substantivo, por exemplo conhecer e conhecimento. Esse movimento noético e gnoseológico é fundamental. De modo que leio as palavras do Professor Machado Pires como alguém que sempre deu provas pela qualidade, contra a mediocridade, seja em que área for, como alguém que, como pessoa e professor, fez Pedagogia Universitária. E sempre valorizou a Filosofia. Pude testemunhá-lo, muitas vezes em conversas com o Professor Gustavo de Fraga e no implícito e explícito do seu discurso. Também testemunho o apreço do Professor Gustavo de Fraga pela Educação/Ciências da Educação, nas quais também teve formação. Mas o fundamental é haver rigor. Sempre me incentivou quer para a Filosofia quer para as Ciências da Educação, o seu gosto, ao contrário da minha motivação, era que seguisse a carreira universitária, o que veio a acontecer, por concurso público, depois de me ter efetivado no Ensino Secundário, onde queria ser professor. A minha experiência científica, pedagógica e didática no Ensino Secundário já tinha acontecido na lecionação do 10º, 11º e 12º anos. Se evoco essa minha experiência é por estar cada vez mais consciente da importância nuclear da experiência e da reflexão sobre a mesma para desenvolvermos uma *epistemologia do sentido*, de raiz na verdade da vida. A experiência é, em Filosofia, uma fonte de discursividade, de racionalidade e de positividade problematológica. É no confronto da vida, da ação reflexiva, que colocamos as questões essenciais que nos fazem caminhar, interrogando e colocando questões. Neste sentido, a vida é uma aula, uma sala de aula e uma escola permanente, suscitando saberes, em espontaneidade mas exigindo um pensar em sistematicidade, sempre em abertura.

Com respeito pela pluralidade da Educação/Ciências da Educação não admito que essa área científica não tenha especialidade ligadas ao Pensamento Educacional e à Filosofia da Educação, que pode colher e tematizar os seus elementos a partir de várias proveniências. Tematizar a Educação/Ciências da Educação, na sua especificidade e transversalidade exige uma capacidade real, não retórica, de interdisciplinaridade, fazendo combinações dinâmicas de saberes, em unidades de e do Conhecimento. E isso é um valor acrescido para pensar e fazer a educação a partir de dentro, sob vários ângulos e pontos de vista, em diversidade, unidade e universalidade. No Domínio da Educação tem havido vários autores que vão colher novidades a outras áreas que não deixam de ser Educação, bem pelo contrário: é o caso de José Ribeiro Dias, Manuel Ferreira Patrício, António Nóvoa, Álvaro Gomes, etc.

Para o desenvolvimento do tema que nos ocupa teremos em conta outro Filósofo, aliás já referido, que é Joaquim Cerqueira Gonçalves, um nome maior, que tem dois livros, entre outros, que aqui quero referir. Um dos livros intitula-se *A Escola em Debate. Educar ou Profissionalizar?* (1989)

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

e o livro *Fazer Filosofia. Como e Onde?* Dado o tema – embora a ensinabilidade ocorra, em geral, na Escola terei como referência o livro *Fazer Filosofia. Como e Onde?*, o último livro referido. Joaquim Cerqueira Gonçalves é um Filósofo com uma obra notável e com pensamento próprio e original. Os dois livros não têm referências bibliográficas, o que revela a profundidade e a originalidade de Joaquim Cerqueira Gonçalves, aliás uma profundidade e originalidade que está presente em toda a sua Obra, para a qual despertei. Um autor que há muito conheço de nome mas só mais recentemente por um toque de leituras, despertou, a fundo, o meu interesse. E dizer isso é também didático. O interesse não se impõe, ou se convive com a pessoa – e se conhece a sua obra, também por essa via - ou, por qualquer circunstância, neste caso o acesso a um livro do autor gera uma curiosidade que leva a outro e assim vamos acedendo ao Pensamento e à Obra, neste caso tão importante para a Filosofia, para a Escola, para a Didática, até a didática implícita, o que constitui matéria a laborar com todo o interesse.

Logo no capítulo 1, o autor escreve:

O entendimento da filosofia como um fazer não tem sido objeto frequente de reflexão, por se considerar que o movimento do fazer não preserva as insubstituíveis características do saber filosófico – necessidade e universalidade. Ao fazer seriam a contingência e a temporalidade, que se oporiam às exigências de verdade. (GONÇALVES, 1990, p. 11).

Embora não desconsidere a realidade da consciência do sujeito, Joaquim Cerqueira Gonçalves remete-nos para o mundo exterior, para a ação e para a transformação.

Afirma:

A ação de desenvolvimento do homem e do mundo é a mesma, não sendo possível àquele manifestar-se sem a relação constitutiva com o mundo, que não é já apenas *objeto* da consciência de um sujeito. O fazer da filosofia integra-se nesta ação englobante, indicando, em relação a esta, mas sem dela se dissociar, a dimensão do mundo, sempre constitutiva e essencial. (GONÇALVES, 1990, p. 16).

Colocar a questão do *como* e do *onde* ensinar Filosofia, e tendo em conta a posição da UNESCO da “Filosofia para todos”, diria que se deve ensinar e aprender Filosofia em todo o tempo, em todo o lugar, por isso insisto na Educação e Filosofia ao Longo da Vida. Pode-se ensinar e aprender na Escola, em várias instituições educativas, na polis, na imprensa, na rádio, etc. Cada vez mais há uma ênfase na Educação formal e na Educação não formal. Aliás, a minha Tese de Doutoramento, defendida na Universidade dos Açores, no dia 18 de julho de 2003, e publicada pelas Edições Piaget, em 2005, intitula-se deste modo: *A Filosofia como Centro do Currículo na Educação ao Longo da Vida*.

O Filósofo Joaquim Cerqueira Gonçalves, sem relativismos, - que nada têm de relatividade – correlaciona a verdade e finitude, mas não num círculo fechado de alienação. Fala também na

“abertura à finitude” (1990, p. 17). E acrescenta: “A questão da verdade insere-se mais numa experiência de participação de infinitude do que de totalidade, aquela se sinal qualitativo, esta de índole quantitativa” (GONÇALVES, 1990, p. 18). Não subscrevemos esta afirmação por inteiro o Todo permite infinitas entradas e saídas, não é fechamento, muito menos da ordem do quantitativo. A totalidade não é um longe, é também uma abertura da qual participamos, de modo ativo e crítico. Por isso, hoje a globalização tem de ser problematizada e temos de repor o sentido da transcendência, que nos permite o sentido e a realidade de nos superarmos a nós próprios. Neste contexto, julgo serem pertinentes as palavras de Joaquim Cerqueira Gonçalves: “A esse dom da realidade, que somente na globalidade da ação pode ser acolhido, responde o filósofo com o fazer do mundo, nesse descentramento disponível e generoso, que excede sempre os pseudo-limites duma artificiosa finitude” (GONÇALVES, 1990, p. 19).

No capítulo “A Poiética do Mundo”, afirma Joaquim Cerqueira Gonçalves: “A Ação é caracterizada por uma dinâmica expansiva e relativamente autónoma, efetuando um conteúdo e perseguindo um resultado – um *feito* -, que está na intencionalidade do processo do fazer, retirando-lhe, por isso, a possibilidade de este se fechar em si mesmo.” (GONÇALVES, 1990, p. 21).

Para uma didática do tema da ação, por exemplo, no ensino secundário pode-se, desde logo, questionar o que é a ação, tomar consciência do que conduz e quais os efeitos da ação, do agir humano, em termos pessoais e coletivos. Podemos ver desenvolvidas práticas de questionamento entre professor e alunos e entre os alunos, mediado pelo professor. Também pode-se usar extratos de textos, de vários autores e filósofos, sobre a ação. Depois relacionar os vários tipos de ação e nos vários setores de atividade, bem como relacionar a dialética entre ação e pensamento. Joaquim Cerqueira Gonçalves fala na ação “sempre orientada” para o “descentramento” (Gonçalves, 1990. P. 21). Nota-se no autor um descentramento – sem desvalorização – da filosofia do sujeito. A produção do sentido dá-se na relação com o mundo. Uma questão filosófica que pode ser abordada em termos didáticos com fundamento filosófico. Joaquim Cerqueira Gonçalves tem uma conceção de Filosofia que atende à vida, ao tempo e à história. Daí, também, o sentido de “descentramento”. Afirma: “O mundo é a expressão de sentido do sentido do ser, na fecundidade do tempo, é a manifestação da disponibilidade do ser, é a vida da razão” (GONÇALVES, 1990, p. 22).

No capítulo 3 o filósofo desenvolve o seguinte tema: “A poiética da Linguagem da Filosofia”. A questão da linguagem é simultaneamente filosófica e didática, de metodologia do ensino. O filósofo fala da “linguagem científica”, mas salienta as enormes potencialidades que a “linguagem natural suscita” E escreve: “Somente redutoras e obcecadas análises da linguagem, entre as quais algumas e índole científica, é que têm escamoteado o indestrutível enraizamento e a intencionalidade ontológicas de toda a linguagem.” (GONÇALVES, 1990, p. 28). Esta problematização e questionamento filosófico sobre a “linguagem científica” e a “linguagem natural” tem objeto de importante análise. A linguagem corrente está cheia de filosofia e educação. A problemática da linguagem e das linguagens têm tanto de filosófico como de didático. Vemos, também por aqui, como a Didática e Metodologia do Ensino da Filosofia se fundamenta na própria Filosofia mas tem de se redescobrir como Pedagogia, como muito bem tem desenvolvido e fundamento João Boavida. A Didática da Filosofia não pode ficar num círculo fechado na especificidade da filosofia, tem de se abrir nas suas virtualidades educativas e pedagógicas. Joaquim Cerqueira Gonçalves, como Filósofo, valora, de modo claro, a “linguagem natural”. Afirma o autor: “Nenhuma linguagem melhor do que a linguagem natural, devido ao seu poder de articulação progressiva de sentido, se mostra capaz de construir a mais rica topografia do mundo, cumprindo, assim, a trajetória fundamental deste.” (GONÇALVES, 1990, p. 30). Mas isto exige perícia de labor filosófico e da sua ensinabilidade. Afirma o Autor, por relação à “linguagem natural”, “certamente

é esta uma tarefa bem mais difícil do que a simples aplicação de uma linguagem técnica” (GONÇALVES, 1990, p. 32).

O filósofo, ao falar da linguagem, relaciona Filosofia e Literatura, tão fecunda do ponto de vista da especificidade filosófica como do ensino da Filosofia. Mesmo no ensino secundário, é possível, e desejável, a propósito de vários temas e problemáticas, trabalhar textos de natureza literária. Um dos escritores portugueses que muito desenvolveu, de modo fecundo, Literatura e Filosofia, designadamente nos romances-ensaios e nos ensaios, foi Vergílio Ferreira, que passou da fase do neo-realismo para a problemática do “eu” e do “tu”, tão importante em termos filosóficos e em termos didáticos, que pressupõe intersubjetividade e comunicação.

Sobre a questão da literatura e da filosofia, afirma Joaquim Cerqueira Gonçalves:

Se a literatura otimiza as potencialidades da linguagem, o mesmo é dizer, de manifestar o sentido do real, na constituição do mundo, muito melhor o pode fazer a expressão filosófica dela, pois é sua tarefa levar às últimas instâncias a trajetória do sentido. (GONÇALVES, 1990, p. 31).

Joaquim Cerqueira Gonçalves, no seu rigor filosófica defende, no capítulo 4: Fazer Filosofia. Um Trabalho e uma Arte”. Afirma o Filósofo: “A visão da Filosofia como trabalho e arte conduz a importantes consequências, não somente no que concerne à sua aprendizagem, mas também para a articulação da atividade do filósofo com a vida do cotidiano.” (GONÇALVES, 1990, 39). A Filosofia tem de se abrir, com isso não perde a sua identidade e, pelo contrário, reforça a sua vitalidade. O Filósofo considera “a atividade filosófica conatural a todo o homem como se a aproxima também de outros planos da existência” (Gonçalves, 1990, p. 40). O autor demarca-se da “dicotomia entre a prática filosófica e o exercício cotidiano” (GONÇALVES, 1990, p. 40). Neste sentido de conceção filosófica, explícita, rigorosa e aberta, afirma Joaquim Cerqueira Gonçalves: “O fazer da filosofia em hermética redoma, onde estejam somente presentes, em puro jogo especulativo, mos mundos dos filósofos não passa de uma utópica fantasia.” (Gonçalves, 1990, p. 40).

No capítulo 5 do livro, *Fazer Filosofia. Como e Onde?* Joaquim Cerqueira Gonçalves fala de “A Obra. O Mundo da Filosofia”.

No que diz respeito ao ensino superior, com incidências na formação pessoal e profissional, -também com implicações no ensino secundário e na comunidade, em geral – afirma Joaquim Cerqueira Gonçalves:

A experiência docente da filosofia confirma, ao vivo, esta necessidade da obra, Na produção filosófica escolar, somente a partir das chamadas *dissertações* – de Licenciatura, Mestrado, Doutoramento, etc. – é que começa a tornar-se possível a elaboração de textos que não sejam mera caricatura filosófica. (GONÇALVES, 1990, p. 45).

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

Antes de mais é preciso afirmar que essas dissertações têm de ter algo de original, de pensamento próprio. Filosofar, em Filosofia, a nas outras áreas do conhecimento exige saber discernir a criatividade na construção do conhecimento científico. Nos dias de correm o rigor tem de existir em todas as áreas. Há que exigir problematização e questionamento, com níveis progressivos de aprofundamento. E isso não passa por uma tecnicização da linguagem filosófica ou educacional, exige saber meditar e pensar com e na língua materna, neste caso na língua portuguesa. Como pensamos o mundo, com que ideias organizamos o nosso mundo interior e nos projetamos no mundo exterior. Não basta revisões intermináveis de literatura, que muitas vezes levam à desfiguração dos filósofos e à secura dos conceitos, que têm de ser assumidos no seu sentido etimológicos. E múltiplos são os textos para trabalhar na e com a Filosofia. Afirma Joaquim Cerqueira Gonçalves: “a linguagem da Filosofia é a natural, impossível de instrumentalizar, não a científica, esta, sim, instrumento.” (GONÇALVES, 1990, p.46). E adiante acrescenta: “Não obstante a importância da linguagem, não será esta a decidir do caráter filosófico do texto, mas a dimensão do mundo.” (GONÇALVES, 1990, 46).

Quem é – ou foi – professor como é o nosso caso, sabe que no ensino da Filosofia é muito importante a oralidade e a escrita. Num artigo intitulado “Reflexão Prospetiva sobre a Reforma dos Programas de Filosofia do Ensino Secundário”, um outro distinto Filósofo, Manuel Ferreira Patrício escreve:

Parece-me acertada a distinção feita no programa entre a leitura do texto filosófico e a leitura filosófica do texto (que será, evidentemente, a leitura de muitos outros textos para além do texto técnico ou formalmente filosófico). Afigura-se-me ainda importante a ênfase posta na produção do texto filosófico, como grande objetivo a atingir com os jovens alunos. Valorizando, como já referi, o discurso oral e, evidentemente, o debate filosófico, considero essencial organizar os espaços apropriados e suficientes para alcançar o adequado desiderato. A avaliação virá como natural corolário de todo o complexo processo de aprendizagem, como aliás o programa indica. (PATRÍCIO, 1998, pp: 258-259).

Afirma Manuel Ferreira Patrício, com sentido idêntico ao que encontramos em José Enes e nos verdadeiros filósofos, com pensamento próprio: “É imperativo tentar sempre, e sempre, e sempre, a experiência pessoal do pensamento filosófico.” (PATRÍCIO, 1998, p. 258). Que Beleza ler estas afirmações de Filósofos tarimbados. No caso de Manuel Ferreira Patrício, Professor Catedrático Aposentado, que foi Professor do Ensino Secundário e pensa e escreve, sempre, a partir da pureza do seu pensamento sempre original, sempre autêntico. E autenticidade é que falta, e muito, para vivermos e convivermos num mundo respirável.

Todo o pensamento filosófico inspira uma didática e uma metodologia que seja, simultaneamente, Filosofia e Educação.

Mas é preciso dar sentido e significação, ir ao contexto. Afirma Joaquim Cerqueira Gonçalves: “Filosofar é sempre contextualizar, tanto no aprofundamento da tradição como na irradiação horizontal do presente,” (GONÇALVES, 1990, p. 96). Também por isso afirma, muitas vezes, que os clássicos moram entre nós, falam e escrevem, de modo singular, daquilo que há em nós de mis pessoal e universal. Não é possível uma Didática – e metodologia do ensino – sem

Filosofia, sem Filosofar. A Filosofia descobre-se como Educação e a Educação como Filosofia, como filosofar, na formação pluridimensional.

É urgente.

Para ensinar, precisamos de Filósofos, precisamos de Pensadores, em múltiplas formas de saber ler e escrever. Falar apenas no “professor reflexivo” pode ser apenas mera retórica. A leitura e escrita constituem uma dialética fecunda para o ensino e aprendizagem, da e na Filosofia, bem como em todas as áreas do saber e do conhecimento, na sua complexidade, como nos tem ensinado Edgar Morin.

Não será a vida a raiz e o contexto desta complexidade, que nos convida à humildade? É preciso regressar, em lances de futuro, à problematologia didática, formativa, de Sócrates, na época clássica grega. É preciso que a proposição seja sempre testada e problematizada pela capacidade humana de *perguntar* e *questionar*. Verbos que nos ajudam a ensinar e aprender, a **Ser**.

## REFERÊNCIAS

- ARTUR MORÃO, Isabel Marnoto, Luísa Ribeiro Ferreira, Manuel Garrão (1981). **Filosofia/Epistemologia**. 11º ano. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco. 3ª Edição. (Manual Escolar de Filosofia).
- DIAS, Manuel Peixe & Duarte, Manuel Dias (1990). **Caminhos da Razão**. Filosofia. 12º ano. Lisboa: Texto Editora Lda
- ENES, José (1969). **À Porta do Ser**. Lisboa: Difusão Dilsar.
- ENES, José (2001). A filosofia no dealbar do terceiro milénio. *In: Poética do Mundo*. Homenagem a Joaquim Cerqueira Gonçalves. Lisboa: Departamento de Filosofia e Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- ENES, José (1997). O Momento Presente do Ensino da Filosofia em Portugal. *In: Patrício, Manuel Ferreira* (1997) [Org.]. **Formar Professores para a Escola Cultural no Horizonte dos Anos 2000**. Porto: Porto Editora.
- ENES, José (1983). **Linguagem e Ser**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- ENES, José (1982). **Estudos e Ensaios**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- GONÇALVES, Joaquim Cerqueira (1990). **Fazer Filosofia**. Como e Onde? Faculdade de Filosofia. Universidade Católica Portuguesa.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2019). “As incessantes fábricas do ódio, do medo e da mentira”, *In: Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Edição nº 1262, de 13 a 26 de fevereiro (de 2019).
- REIS, Alfredo Reis (1983). **Filosofia** – 12º ano – Porto: Edições Contraponto. (Manual Escolar de Filosofia”.

**Didática e filosofia do ensino da filosofia:  
educação, discursividade em língua portuguesa e pedagogia**  
MEDEIROS, Emanuel Oliveira

MEDEIROS, Emanuel Oliveira (2018). José Enes e Gustavo de Fraga. **Pastores da Verdade na Luz do Ser**. Lisboa: MIL.

MEDEIROS, Emanuel Oliveira (2005). **A Filosofia como Centro do Currículo na Educação ao Longo da Vida**. Lisboa: Edições Piaget.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1998). Reflexão prospetiva sobre a reforma de Filosofia do ensino secundário. *In*: Henriques, Fernanda & Almeida, Manuela Bastos de (1998). (Coordenação) **Os actuais programas de Filosofia do Secundário. Balança e Perspetivas**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Departamento do Ensino Secundário do Ministério da Educação.

NÓVOA, António (2020). “O reconhecimento do Português como Língua Global”. *In*: **Jornal de Letras, Artes e Ideias**, Ano XL, Número 1293, de 22 de abril a 5 de maio de 2020. Proprietária Editora: Trust in News, Unipessoal, Lda. pp: 2-3.

PIRES, António M. B. (2005). Introdução, *In*: Montenegro, Helena Mateus (2005). **Português para Todos. A Gramática na Comunicação**. Mirandela: João Azevedo Editor. Medeiros, Emanuel Oliveira (2005). **A Filosofia como Centro do Currículo na Educação ao Longo da Vida**. Lisboa. Edições Piaget.

NÓVOA, António (2020). “O reconhecimento do Português como Língua Global” . *In*: **Jornal de Letras, Artes e Ideias**, Ano XL, Número 1293, de 22 de abril a 5 de maio de 2020. Proprietária Editora: Trust in News, Unipessoal, Lda. pp: 2-3.

PIRES, António M. B. (2005). Introdução, *In*: Montenegro, Helena Mateus (2005). **Português para Todos. A Gramática na Comunicação**. Mirandela: João Azevedo Editor.